

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15
--	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	7.490
Preferenciais	5.110
<b>Total</b>	<b>12.600</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	1.287.901	1.260.819
1.01	Ativo Circulante	8.519	8.566
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16	15
1.01.03	Contas a Receber	6.704	6.748
1.01.03.01	Clientes	996	753
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.708	5.995
1.01.03.02.04	Outras Contas	5.535	5.822
1.01.03.02.05	Operações com Consórcios	173	173
1.01.04	Estoques	1.735	1.677
1.01.06	Tributos a Recuperar	64	126
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64	126
1.02	Ativo Não Circulante	1.279.382	1.252.253
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	694.773	675.820
1.02.01.04	Contas a Receber	3.520	3.520
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	3.520	3.520
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2	0
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	2	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	691.251	672.300
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	87	87
1.02.01.10.03	Créditos a Receber	684.418	665.502
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais e Empréstimos Compulsórios	6.746	6.711
1.02.02	Investimentos	506.832	498.142
1.02.02.01	Participações Societárias	506.832	498.142
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.954	3.954
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	502.878	494.188
1.02.03	Imobilizado	77.777	78.291
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	77.777	78.291

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	1.287.901	1.260.819
2.01	Passivo Circulante	372.057	368.637
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.670	3.519
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.670	3.519
2.01.02	Fornecedores	699	574
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	699	574
2.01.03	Obrigações Fiscais	365.252	362.322
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	365.252	362.322
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	343.915	343.505
2.01.03.01.04	Parcelamento Especial PERT	21.337	18.817
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	150	126
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	150	126
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	150	126
2.01.05	Outras Obrigações	2.286	2.096
2.01.05.02	Outros	2.286	2.096
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	99	99
2.01.05.02.04	Operações com Consórcios	18	18
2.01.05.02.05	Credores Diversos	2.169	1.979
2.02	Passivo Não Circulante	678.252	672.928
2.02.02	Outras Obrigações	478.486	476.866
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	87.996	86.787
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	87.996	86.787
2.02.02.02	Outros	390.490	390.079
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Pagar	6.361	6.264
2.02.02.02.04	Credores Diversos	100.079	97.487
2.02.02.02.07	Parcelamento Especial PERT	65.854	68.097
2.02.02.02.10	Credores Recuperação Judicial	218.196	218.231
2.02.03	Tributos Diferidos	154.750	151.046
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	154.750	151.046
2.02.04	Provisões	45.016	45.016
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42.810	42.810
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	38.445	38.445
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	72	72
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.293	4.293
2.02.04.02	Outras Provisões	2.206	2.206
2.02.04.02.04	Provisões para Reflorestamento de Jazidas	1.549	1.549
2.02.04.02.05	Passivo Solidário	657	657
2.03	Patrimônio Líquido	237.592	219.254
2.03.01	Capital Social Realizado	130.000	130.000
2.03.01.01	Capital Social	130.000	130.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	38.581	38.864
2.03.04	Reservas de Lucros	47.716	47.716
2.03.04.01	Reserva Legal	4.282	4.282
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	43.434	43.434
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.588	-17.148
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.707	19.822

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.374	3.003
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.752	-5.607
3.03	Resultado Bruto	-1.378	-2.604
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	7.883	1.349
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-858	-1.433
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	183	3.745
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-131	-3.703
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.689	2.740
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.505	-1.255
3.06	Resultado Financeiro	15.537	7.084
3.06.01	Receitas Financeiras	16.298	8.613
3.06.02	Despesas Financeiras	-761	-1.529
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.042	5.829
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.704	-1.913
3.08.02	Diferido	-3.704	-1.913
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.338	3.916
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.338	3.916
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,46	0,31
3.99.01.02	PN	1,46	0,31

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	18.338	3.916
4.02	Outros Resultados Abrangentes	398	318
4.02.01	Realização de Reservas de Reavaliação	283	239
4.02.02	Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	115	79
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.736	4.234

**Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.191	-4.260
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.010	-6.469
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo Líquido do Período	18.338	3.916
6.01.01.02	Depreciação/Amortização/Exaustão	406	417
6.01.01.04	Resultado Equivalência Patrimonial	-8.689	-2.740
6.01.01.05	Custo de Permanente Baixado ou Vendido	124	0
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.704	1.914
6.01.01.08	Despesa com Juros - Financiamentos	24	4
6.01.01.09	Receita com Juros sobre Créditos a Receber	-18.917	-9.980
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.819	2.209
6.01.02.01	(Aumento) Redução dos Créditos a Receber de Clientes	-243	989
6.01.02.02	(Aumento) Redução dde Estoques	-58	436
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Devedores Diversos	252	-86
6.01.02.04	Aumento (Redução) de Fornecedores	125	202
6.01.02.05	Aumento (Redução) de Impostos, Contribuições e Obrigações a Recolher	936	-84
6.01.02.06	Aumento (Redução) de Credores Diversos	2.746	528
6.01.02.07	(Aumento) Redução dos Demais Grupos do Ativo	61	224
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-16	-56
6.02.01	Aquisição(Baixa) de Imobilizado	-16	-56
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.207	4.316
6.03.02	Mutuo com Partes Relacionadas	1.207	4.316
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15	15
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15	15

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	130.000	38.864	47.716	-17.148	19.822	219.254
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	38.864	47.716	-17.148	19.822	219.254
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.338	0	18.338
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.338	0	18.338
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-283	0	398	-115	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-283	0	283	0	0
5.06.04	Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	0	115	-115	0
5.07	Saldos Finais	130.000	38.581	47.716	1.588	19.707	237.592

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	130.000	39.819	47.716	-77.359	20.138	160.314
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	39.819	47.716	-77.359	20.138	160.314
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.916	0	3.916
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.916	0	3.916
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-239	0	318	-79	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-239	0	239	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	0	79	-79	0
5.07	Saldos Finais	130.000	39.580	47.716	-73.125	20.059	164.230

**Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
7.01	Receitas	4.052	7.237
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.870	3.492
7.01.02	Outras Receitas	182	3.745
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.402	-5.543
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.305	-2.435
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.973	-3.108
7.02.04	Outros	-124	0
7.02.04.01	Outras Despesas Operacionais	-124	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-350	1.694
7.04	Retenções	-406	-417
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-406	-417
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-756	1.277
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.987	11.353
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.689	2.740
7.06.02	Receitas Financeiras	16.298	8.613
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	24.231	12.630
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	24.231	12.630
7.08.01	Pessoal	821	883
7.08.01.01	Remuneração Direta	672	650
7.08.01.02	Benefícios	100	155
7.08.01.03	F.G.T.S.	49	78
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.196	6.195
7.08.02.01	Federais	4.006	6.033
7.08.02.02	Estaduais	102	95
7.08.02.03	Municipais	88	67
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	876	1.636
7.08.03.01	Juros	761	1.529
7.08.03.02	Aluguéis	115	107
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.338	3.916
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.338	3.916

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	1.611.362	1.577.208
1.01	Ativo Circulante	82.517	83.136
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.745	1.723
1.01.03	Contas a Receber	75.737	75.617
1.01.03.01	Clientes	11.082	7.899
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	64.655	67.718
1.01.03.02.04	Outras Contas	28.205	30.740
1.01.03.02.05	Operações com Consórcios	36.450	36.978
1.01.04	Estoques	2.030	2.473
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.005	3.323
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.005	3.323
1.02	Ativo Não Circulante	1.528.845	1.494.072
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.393.729	1.358.439
1.02.01.04	Contas a Receber	5.821	5.812
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	5.821	5.812
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	108.332	108.018
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	108.332	108.018
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.279.576	1.244.609
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	87	87
1.02.01.10.03	Créditos a Receber	1.262.438	1.227.489
1.02.01.10.04	Depositos Judiciais e Empréstimos Compulsórios	8.199	8.164
1.02.01.10.05	Operações com Consórcios	8.852	8.869
1.02.02	Investimentos	4.469	4.469
1.02.02.01	Participações Societárias	4.469	4.469
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	4.469	4.469
1.02.03	Imobilizado	129.675	130.374
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	129.675	130.374
1.02.04	Intangível	972	790
1.02.04.01	Intangíveis	972	790
1.02.04.01.02	Acervo Técnico	972	790

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	1.611.362	1.577.208
2.01	Passivo Circulante	423.228	418.063
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.335	5.696
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.335	5.696
2.01.02	Fornecedores	2.970	3.060
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.970	3.060
2.01.03	Obrigações Fiscais	390.413	387.180
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	390.413	387.180
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	363.469	363.254
2.01.03.01.02	Parcelamento da Lei 11941/2009	942	938
2.01.03.01.04	Parcelamento PERT	23.456	20.777
2.01.03.01.05	Parcelamento Recuperação Judicial	2.546	2.211
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.141	1.013
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.141	1.013
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.141	1.013
2.01.05	Outras Obrigações	22.369	21.114
2.01.05.02	Outros	22.369	21.114
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.528	2.528
2.01.05.02.04	Operações com Consórcios	12.995	12.195
2.01.05.02.05	Credores Diversos	6.846	6.391
2.02	Passivo Não Circulante	946.980	936.352
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	967	1.113
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	967	1.113
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	967	1.113
2.02.02	Outras Obrigações	525.986	525.386
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.088	6.088
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.088	6.088
2.02.02.02	Outros	519.898	519.298
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Pagar	14.390	13.505
2.02.02.02.04	Credores Diversos	103.618	100.784
2.02.02.02.07	Parcelamento PERT	76.320	78.855
2.02.02.02.09	Parcelamento Recuperação Judicial	11.615	12.180
2.02.02.02.10	Credores Recuperação Judicial	285.182	285.216
2.02.02.02.11	Operações com Consórcios	28.773	28.758
2.02.03	Tributos Diferidos	342.914	333.619
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	342.914	333.619
2.02.04	Provisões	77.113	76.234
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	70.085	69.206
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	59.004	58.125
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	376	376
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.705	10.705
2.02.04.02	Outras Provisões	7.028	7.028
2.02.04.02.04	Provisão para Reflorestamento de Jazidas	2.916	2.916
2.02.04.02.05	Passivo Solidário	4.112	4.112
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	241.154	222.793
2.03.01	Capital Social Realizado	130.000	130.000

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.03.03	Reservas de Reavaliação	38.581	38.864
2.03.04	Reservas de Lucros	47.716	47.716
2.03.04.01	Reserva Legal	4.282	4.282
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	43.434	43.434
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.588	-17.148
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.707	19.822
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.562	3.539

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	17.739	25.071
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.216	-25.584
3.03	Resultado Bruto	-477	-513
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.750	-6.803
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.504	-3.234
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	185	4.326
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.431	-7.895
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.227	-7.316
3.06	Resultado Financeiro	31.786	16.005
3.06.01	Receitas Financeiras	32.807	17.624
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.021	-1.619
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.559	8.689
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.198	-4.763
3.08.02	Diferido	-9.198	-4.763
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.361	3.926
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	18.361	3.926
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	18.338	3.916
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	23	10
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,46	0,31
3.99.01.02	PN	1,46	0,31

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	17.963	3.926
4.02	Outros Resultados Abrangentes	398	318
4.02.01	Realização de Reservas de Reavaliação	283	239
4.02.02	Realização de Ajuste Avaliação Patrimonial	115	79
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	18.361	4.244
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	18.338	4.234
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	23	10

**Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	598	12.835
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.001	-5.367
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	18.338	3.916
6.01.01.02	Depreciação/Amortização/Exaustão	606	640
6.01.01.03	Provisão (Reversão) de Impostos	879	0
6.01.01.05	Custo de Imobilizado e Investimentos Baixados ou Vendidos	125	3.758
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contrib Social Diferidos	9.198	4.763
6.01.01.08	Despesa com Juros - Financiamentos	24	25
6.01.01.09	Receita com Juros sobre Créditos a Receber	-35.194	-18.479
6.01.01.11	Participação dos Acionistas Não Controladores	23	10
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.599	18.202
6.01.02.01	(Aumento) Redução dos Créditos a Receber de Clientes	-3.183	337
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Estoques	443	547
6.01.02.03	(Aumento) Redução dos Devedores Diversos	252	-29
6.01.02.04	Aumento (Redução) de Fornecedores	-90	1.563
6.01.02.05	Aumento (Redução) dos Impostos, Obrigações e Contribuições Sociais	1.759	753
6.01.02.06	Operações com Consórcios	1.361	15.075
6.01.02.07	Aumento (Redução) de Credores Diversos	3.028	39
6.01.02.08	(Aumento) Redução dos Demais Grupos do Ativo	2.802	-83
6.01.02.09	Aumento (Redução) dos Demais Grupos do Passivo	227	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-214	-90
6.02.01	Aquisição/Baixa de Imobilizado	-214	-90
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-362	-13.216
6.03.02	Mútuos com Partes Relacionadas	-320	-13.045
6.03.03	Captação de Empréstimos/Financiamentos (Principal)	2	0
6.03.04	Amortização de Principal e Juros de Financiamentos	-44	-171
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	22	-471
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.723	2.165
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.745	1.694

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	130.000	38.864	47.716	-17.148	19.822	219.254	3.539	222.793
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	38.864	47.716	-17.148	19.822	219.254	3.539	222.793
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.338	0	18.338	23	18.361
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.338	0	18.338	23	18.361
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-283	0	398	-115	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	115	-115	0	0	0
5.06.04	Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	0	-283	0	283	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	130.000	38.581	47.716	1.588	19.707	237.592	3.562	241.154

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	130.000	39.819	47.716	-77.359	20.138	160.314	4.619	164.933
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	39.819	47.716	-77.359	20.138	160.314	4.619	164.933
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.916	0	3.916	10	3.926
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.916	0	3.916	10	3.926
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-239	0	318	-79	0	-1.103	-1.103
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-239	0	239	0	0	0	0
5.06.04	Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	0	0	0	79	-79	0	0	0
5.06.05	Baixa Participação SCP 230	0	0	0	0	0	0	-1.103	-1.103
5.07	Saldos Finais	130.000	39.580	47.716	-73.125	20.059	164.230	3.526	167.756

**Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
7.01	Receitas	19.243	31.193
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	19.058	26.867
7.01.02	Outras Receitas	185	4.326
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.550	-26.916
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.590	-7.861
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.955	-14.935
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-4.120
7.02.04	Outros	-1.005	0
7.02.04.01	Outras Despesas Operacionais	-1.005	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.693	4.277
7.04	Retenções	-606	-640
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-606	-640
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.087	3.637
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.807	17.624
7.06.02	Receitas Financeiras	32.807	17.624
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	34.894	21.261
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	34.894	21.261
7.08.01	Pessoal	4.033	4.307
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.095	3.280
7.08.01.02	Benefícios	671	682
7.08.01.03	F.G.T.S.	267	345
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.039	10.935
7.08.02.01	Federais	10.607	10.458
7.08.02.02	Estaduais	209	162
7.08.02.03	Municipais	223	315
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.461	2.093
7.08.03.01	Juros	1.021	1.619
7.08.03.02	Aluguéis	440	474
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.361	3.926
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.338	3.916
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	23	10

## Comentário do Desempenho

### CONSTRUTORA SULTEPA S/A - Em Recuperação Judicial

CNPJ 89.723.993/0001-33 - NIRE 43 3 0000235 7

#### COMPANHIA ABERTA

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DE 31 DE MARÇO DE 2021

A Administração da **CONSTRUTORA SULTEPA S.A.** e controladas (“SULTEPA”), em Recuperação Judicial em observância aos preceitos legais e estatutários, submete-se à apreciação de Visas; o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas relativas ao período de 31.03.2021, e suas notas explicativas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas e Operacionais a seguir estão apresentadas em milhares de reais em base consolidada, exceto quando especificado o contrário, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS (International Financial Reporting Standards). Todas as comparações foram feitas em relação ao exercício de 2019, exceto quando especificado o contrário.

No decorrer de 2015, conforme a Administração da Companhia encontrou na Recuperação Judicial o meio mais propício para reorganizar-se e ajusta suas operações com o objetivo de honrar seus compromissos e voltar a crescer.

Em 03 de julho de 2015, conforme divulgado através do Fato Relevante, a Companhia em caráter de urgência, juntamente com as demais empresas do Grupo, ajuizou o Pedido de Recuperação, o qual foi homologado em 09 de julho de 2015, pela Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS. Em 27 de julho de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial.

Em 24 de agosto de 2015, publicou o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos. Em 21 de Setembro de 2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial.

Em 03 de agosto de 2016, foi publicado o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Credores, em 19 de agosto de 2016, foi realizada a primeira Assembleia de Credores tendo como ordem do dia a deliberação do Plano de Recuperação. Após examinada a lista de presença foi constatada que não havia quórum para instalação da assembleia geral de credores em primeira convocação, ficando a segunda Assembleia Geral convocada para o dia 30.08.2016.

Em 30 de agosto de 2016, foi aberta a segunda Assembleia Geral de Credores tendo como ordem do dia a aprovação do Plano de Recuperação apresentado, que devido a alteração foi sugerido e aprovado a suspensão da Assembleia Geral de Credores por 60 (sessenta) dias ficando marcada para o dia 07.11.2016.

## Comentário do Desempenho

Em 07 de novembro de 2016, foi aberta a nova Assembleia de Credores onde foram apresentadas as alterações do Plano de Recuperação. Após a votação foi aprovado nas Classes I, III e IV, reprovado na Classe II.

Em 14 de novembro de 2016, o Plano de Recuperação foi homologado pela Juíza de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre/RS.

Em 26 de Outubro de 2017, houve julgamento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul mantendo integralmente a decisão que concede a recuperação judicial da Companhia permanecendo a homologação do plano de recuperação judicial original e seu modificativo, consoante processo ajuizado originariamente perante a Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre/RS, e atuando sob o nº 001/1.15.0114361-2.

As nossas expectativas para os próximos meses são promissoras, considerando que a COVID-2019 está sob controle com início da vacinação e a recuperação gradual da economia do País. Acreditamos que a recuperação iniciar-se-á principalmente pelas obras de infraestrutura como saneamento, rodovias, portos e projetos de PPP'S.

Apesar das notícias serem animadoras para infraestrutura, destacamos que em 2020, o setor de infraestrutura não paralisaram as obras de infraestrutura e conseqüentemente não ocorreram atrasos nos recebimentos e faturamentos.

De um lado, estamos aguardando a aprovação do orçamento para 2021, e com isso a liberação dos Aditivos e pleitos de reequilíbrio econômico-financeiros dos contratos em andamento.

A receita operacional bruta consolidada no 1º Trimestre de 2021 foi de R\$ 19.058mil, e quanto em 1º Trimestre de 2020 foi na ordem de R\$ 26.866mil, uma queda de 29% no trimestre, impactadas principalmente, pela demora na aprovação do orçamento de 2021, redução no faturamento da obra da BR 116, e a elevação de custos da matéria prima, especialmente aço usinado e cimento asfáltico.

As despesas operacionais também tiveram uma redução enquanto que no 1º Trimestre de 2021 foi de R\$ 3.750mil e no 1º Trimestre de 2020 foi de R\$ 6.803mil, uma queda de 45% pressionadas pelas estratégias adotadas no decorrer de 2020.

O resultado operacional do 1º Trimestre de 2021 foi de R\$ 27.559mil e no 1º Trimestre de 2020 foi de R\$ 8.689mil, ocorreu uma recuperação de ordem de 220% .

O Lucro do período no 1º Trimestre de 2021 foi de R\$18.360mil enquanto de 1º Trimestre de 2020 foi de R\$3.926 mil crescimento consolidado considerável.

O exercício de 2020 foi difícil para a maioria das empresas brasileiras, mas continuamos acreditando que 2021 será um ano mais seguro para as empresas que buscaram a inovação, competência e dinamismo em seus negócios. Esperamos estar mais preparados e aguardamos que este ano seja aprovada a reforma administrativa pelo governo federal.

## Comentário do Desempenho

### **CORONAVIRUS (COVID-19)**

Tendo em vista o reconhecimento do “Estado de Calamidade Pública” expressa no Decreto Legislativo Federal nº 6/2020, e no Decreto nº 55.128 de 19 março de 2020 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, também corroborado pelo Decreto do Poder Executivo Municipal de Porto Alegre nº 20.351/2020, de emergência na saúde pública de importância internacional, decorrente do Coronavírus (COVID 19), o GRUPO SULTEPA vem tomando uma série de medidas para reforçar as ações preventivas no sentido de resguardar ao máximo seus colaboradores e parceiros.

Neste sentido, suspendemos todos os serviços das pessoas enquadradas no grupo de risco e colocamos em home office quase 70% (setenta por cento) do nosso quadro funcionários, enquanto durar o distanciamento social conforme determinação do Decreto do Governo Estadual.

Neste primeiro trimestre de 2020 a Companhia ainda não mensurou os efeitos financeiros nas demonstrações financeiras trimestrais, decorrentes da pandemia.

Ante o exposto é provável que tenha um impacto nos resultados da Companhia. Sendo assim, a Administração, atenta ao reflexo no fluxo de caixa, tomará as medidas cautelares necessárias para um melhor dimensionamento deste impacto.

Porto Alegre, 14 de Maio de 2021.

A Administração

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Construtora Sultepa S.A. – Em Recuperação Judicial (a “Companhia”) e suas controladas têm por objeto social a indústria da construção, englobando estudos, projetos, cálculos, administração e execução de obras públicas e privadas, nacionais e internacionais, do ramo de engenharia em geral, montagens e eletromecânicas, e trabalhos conexos, montagem industrial, execução de obras públicas em geral, que possam ter seu custeio privatizado, inclusive sobre regime de concessão, autorização ou permissão, inclusive para cobrança de pedágio, na forma da lei aplicável, incorporação imobiliária compra e venda de imóveis, representação, importação e exportação de materiais correlatos ao ramo da construção civil, prestação de serviços a terceiros, inclusive com uso de explosivos, bem como a pesquisa, mineração, exploração e aproveitamento de jazidas minerais, extração, britagem e comércio de pedra britada. A Companhia poderá participar de outras sociedades, congêneres ou não, como acionista ou quotista, cabendo ao Conselho de Administração decidir a respeito.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua Sérgio Jungblut Dieterich, nº 1.200 Porto Alegre - RS, com suas ações negociadas na BM&F Bovespa.

Diante da situação econômica financeira que a Companhia e suas controladas vêm enfrentando há vários meses, a Alta Administração tomou algumas medidas para compatibilizar os fluxos financeiros com as suas operações.

A Companhia elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados neste plano operacional, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no plano, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo: destinação de maiores recursos financeiros para obras que estão gerando maior rentabilidade; criação do fluxo de caixa projetado, com acompanhamento e monitoramento do mesmo com o efetivamente realizado; reenquadramento de custos e despesas fixas em 15% do faturamento, para adequação ao ponto de equilíbrio, com a conseqüente revisão e/ou redução de todas as despesas administrativas por departamento, inclusive do quadro funcional; reescalonamento da dívida financeira existente, com o alongamento dos prazos; renegociação de despesas financeiras, com renegociação de taxas, tarifas de renovação de contratos.

Neste plano operacional, estamos considerando um incremento no faturamento na ordem de 10%, considerando que o segmento de infraestrutura recebe maior parcela de investimentos tanto do Governo Federal como Estadual. Determinadas ações do plano operacional estão impactadas por ações de terceiros, as quais a Companhia não possui total domínio.

No dia 3 de Julho de 2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial, juntamente com as demais empresas do Grupo, nos termos do art.51 e seguintes da Lei 11.101/05, o qual foi homologado em 09 de Julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre/RS - Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências, sob nº 001/1.15-0114361-2 (CNJ:0163234-77.2015.8.21.0001). Em 27 de julho de 2015, a Assembléia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial.

Em 24 de agosto de 2015, foi publicado o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos e no dia 21 de setembro de 2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial.

Em 03 de agosto de 2016, foi publicado o Edital de Convocação da Assembléia Geral de Credores, e em 19 de agosto de 2016, foi realizada a primeira Assembléia de Credores, tendo como ordem do dia a deliberação do Plano de Recuperação. Após examinada a lista de presença, foi constatado que não havia quórum para instalação da assembleia geral de credores em primeira convocação, ficando a segunda Assembléia Geral convocada para o dia 30 de agosto de 2016.

Em 30 de Agosto de 2016, foi aberta a segunda Assembléia Geral de Credores, tendo como ordem do dia a aprovação do Plano de Recuperação apresentado, que devido a alterações, foi sugerido e aprovado a suspensão da Assembléia Geral de Credores por 60 (sessenta) dias, ficando marcada para o dia 07 de novembro de 2016.

Em 07 de Novembro de 2016, foi aberta a nova Assembléia de Credores, onde foram apresentadas as alterações do Plano de Recuperação Judicial. Após a votação, foi aprovado nas Classes I, III e IV, reprovado na Classe II.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 14 de Novembro de 2016, o Plano de Recuperação foi homologado pela Juíza de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Em 26 de Outubro de 2017, houve julgamento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul mantendo integralmente a decisão que concede a recuperação judicial da Companhia, permanecendo a homologação do plano de recuperação judicial original e seu modificativo, consoante processo ajuizado originalmente perante a Vara de Direito Empresarial Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS e autuando sob nº 001/1.15.01143612-2.

A Companhia manterá, durante todo o andamento do processo, sua estrutura de relacionamento com o mercado, de forma que todas as informações e fatos pertinentes à Companhia e ao processo judicial serão divulgados, oportunamente, em atenção à respectiva legislação.

Com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia e suas controladas, apresentam as propostas de pagamento como segue:

#### Classe I – Créditos Trabalhistas:

Os valores até R\$ 13.000,00 por trabalhador arrolados, serão pagos em dinheiro e sem deságio, com prazo de trinta dias do trânsito em julgado da decisão de homologação do Plano.

Os valores acima de R\$ 13.000,00 por trabalhador arrolados, serão pagos sem deságio, sendo que, até R\$ 13.000,00 em dinheiro e o saldo mediante dação em pagamento de “direitos creditórios judiciais”.

Os créditos convertidos judicialmente, serão pagos nas mesmas condições acima expostas (suspensão até a liquidação), sem deságio, com rateio de valores da venda de dois imóveis (81.781 e 81.782).

O apoiador, com contrato de trabalho vigente, será nas mesmas condições acima expostas, sem deságio com a condição especial de eventuais pagamentos trimestrais em dinheiro, dentro do prazo de doze meses, como recompra de “direitos creditórios judiciais” cedidos aos credores (com recursos oriundos de percentual da receita operacional líquida da controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda).

#### Classe II – Créditos com Garantia Real

Os créditos com garantia real, serão pagos em dinheiro, sem deságio, em parcelas sucessivas, com rateio entre a classe conforme seus créditos, com entrada de R\$ 817.309,85.

Após doze meses de carência:

12 parcelas de R\$ 136.218,31 cada;

24 parcelas de R\$ 204.327,46 cada;

12 parcelas de R\$ 272.436,62 cada;

06 parcelas de R\$ 340.545,77 cada

#### Classe III – Quirografário

Deságio de 45% sobre o crédito arrolado com dação de “direitos creditórios judiciais”.

#### Classe IV – ME e EPP

Deságio de 35% sobre o crédito arrolado com dação de “direitos creditórios judiciais”.

O Plano de Recuperação Judicial prevê outras opções de pagamento para os Credores Classe III e Classe IV.

#### Apoiador Regular

Para o Apoiador Regular que mantiver fornecimento, concedendo prazo de pagamento e preços competitivos conforme o mercado, da Classe III, concessão de trinta dias para pagamento, com deságio de 35% sobre o crédito arrolado e o pagamento será dação de “direitos creditórios judiciais”.

Para Classe IV, concessão de trinta dias para pagamento, com deságio de 30% sobre o crédito arrolado e o pagamento será dação de “direitos creditórios judiciais”.

Classe III e IV, concessão de 60 dias para pagamento, com deságio de 25% sobre o crédito arrolado e pagamento será dação de “direitos creditórios judiciais”.

#### Apoiador Financeiro

Para o Apoiador Financeiro, com oferta de serviços e operações financeiras dentro das condições usuais de mercado, será concedido um deságio de 35% sobre o crédito arrolado e o pagamento será dação de “direitos creditórios judiciais”.

#### Apoiador Essencial/Relevante

Para o Apoiador Essencial/Relevante que se enquadrar em critérios de essencialidade e relevância, conforme disposições especificadas no Plano, bem como manter fornecimento com preços competitivos conforme o mercado, deságio de 15% sobre o crédito arrolado e pagamento em dação de “direitos creditórios judiciais”.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No dia 1º de Setembro de 2017, foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio Grande do Sul, novo Edital, e em 22 de Junho de 2018, um Edital complementar, conforme demonstrado abaixo.

Resumo dos Valores conforme Edital do Plano de Recuperação Judicial "versus" Contabilidade	
	Consolidado
Valor Contabilizado	285.181
Valor Edital	455.836
Total Divergências	170.655

Os valores considerados na Recuperação Judicial, processo 001/1.15-0114361-2, foram relacionados conforme artigo 7, parágrafo segundo, da Lei nº 11.101/05. Desse modo, são passíveis de alteração conforme julgamento das divergências e habilitações de créditos, a fim de atender o artigo 18 da Lei nº 11.101/05.

Assim, as divergências mencionadas no quadro acima, decorrem basicamente de operações entre partes relacionadas, que ainda estão sujeitas as devidas adequações de seus saldos.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 BASE PARA PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de determinados bens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/NBC TGs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas Gerais (NBC-TG), bem como as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

### 2.2 CONSOLIDAÇÃO

#### (a) Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas:

##### (a.1) Controlada

Controlada é a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A controlada é totalmente consolidada.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações entre as empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladora e controlada são eliminados. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora.

Abrangem as demonstrações financeiras intermediárias da Construtora Sultepa S.A. e das suas controladas, conforme quadro abaixo:

Sociedade	Percentual de participação			
	31.03..2021		31.12.2020	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pedrasul Construtora S/A	99,63	-	99,63	-
Sultepa Construções e Comércio Ltda	99,95	-	99,95	-
Rioest Estacionamentos S/A	-	97,44	-	97,44
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda	-	89,00	-	89,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda (*)	-	43,42	-	43,42
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda	-	50,00	-	50,00

A consolidação das demonstrações financeiras intermediárias foi procedida em consonância com as normas aplicáveis, sendo eliminadas as participações e as transações ocorridas entre as sociedades e destacada a participação dos acionistas não controladores no capital social integralizado da controlada.

(\*) A Companhia possui preponderância na tomada de decisões sobre esse investimento, embora não tenha a maioria na participação em relação ao patrimônio líquido da investida.

#### (b) Demonstrações financeiras intermediárias individuais

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras intermediárias individuais quanto nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora.

#### 2.3 CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Empresa e suas controladas e também, a moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

#### 2.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

#### 2.5 ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

#### (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

#### (c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

### 2.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, bem como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de derivativos.

### 2.7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e executado a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

### 2.8 ESTOQUES

Os estoques da Companhia e suas controladas são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 2.9 IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição e de reavaliações efetuadas, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, considerando-se a duração da vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. A Companhia efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Companhia optou na adoção inicial das Normas Brasileiras de Contabilidade –Técnicas Gerais (NBC-TG), pela atribuição de custo ao ativo imobilizado relativos a imóveis, máquinas e equipamentos e veículos.

#### 2.10 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

#### 2.11 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Como resultado da referida revisão, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

#### 2.12 AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de março de 2021, não foram identificadas transações que fossem consideradas relevantes.

#### 2.13 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### 2.14 EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

#### 2.15 PROVISÕES

Geral: provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e solidários: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 2.16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa e sua controlada nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

#### 2.17 CAPITAL SOCIAL

As quotas do capital são classificadas no patrimônio líquido.

#### 2.18 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e na prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas ligadas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### 2.19 ARRENDAMENTO MERCANTIL (LEASING)

Foram registrados no imobilizado, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, sobre os quais a Companhia fica com todos os riscos e benefícios de propriedade, classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13.

#### 2.20 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia e suas controladas desenvolvem suas atividades de negócios considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões.

#### 2.21 NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES DE NORMAS CONTÁBEIS

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB . A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas Gerais (NBC-TG).

. IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

#### 2.22 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

As Demonstrações do Valor Adicionado – DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, seguindo as disposições contidas na NBC-TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 2.23 EVENTO SUBSEQUENTE CONFORME NBC TG 24 (R1)

“Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.”

Tendo em vista o reconhecimento do “Estado de Calamidade Pública” expressa no Decreto Legislativo Federal nº 6/2020, e no Decreto nº 55.128 de 19 de março de 2020 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, também corroborado pelo Decreto do Poder Executivo Municipal de Porto Alegre nº 20.531/2020, da emergência na saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus (Covid 19), o **GRUPO SULTEPA** vem tomando uma série de medidas para reforçar as ações preventivas no sentido de resguardar ao máximo nossos colaboradores e parceiros.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste sentido, suspendemos os serviços das pessoas enquadradas no grupo de risco e colocamos em Home Office quase 70% do nosso quadro de funcionários, enquanto durar o distanciamento social, conforme determinação do Decreto Governo Estadual.

A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas no dia 14 de maio de 2021.

#### 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas explicativas.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

No decorrer do trimestre, enviamos pedidos de informações de transações e saldos para todas as instituições financeiras que mantêm operações com a Companhia, para atender procedimentos obrigatórios de auditoria e até a emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, foram recebidas respostas aos pedidos enviados, relativos a saldos relacionados a Bancos – conta movimento e a Aplicações Financeiras na controladora, classificados no ativo circulante, bem como relacionados aos empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) na controladora e consolidado, classificados no passivo circulante e não circulante referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Caixa	14	-	14	14
Depósitos bancários	2	-	51	42
Aplicações liq. Imediata/Fdo. Investimentos	-	15	1.680	1.667
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>1.745</b>	<b>1.723</b>

#### 5. CLIENTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Governo Federal	-	-	805	-
Governos Estaduais	864	951	8.643	7.641
Governos Municipais	594	595	1.902	1.155
Clientes Privados	2.848	2.517	6.526	5.897
(-) Prov. Devedores Duvidosos	(3.310)	(3.310)	(6.794)	(6.794)
<b>Total</b>	<b>996</b>	<b>753</b>	<b>11.082</b>	<b>7.899</b>

Em 31 de março de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Saldo no início do período	(3.310)	(3.253)	(6.794)	(7.749)
Adições/reversões	-	(57)	-	955
Saldo no final do período	(3.310)	(3.310)	(6.794)	(6.794)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
A vencer	409	594	8.303	6.288
Vencidos até 30 dias	216	134	937	175
Vencidos até 60 dias	101	10	140	61
Vencidos até 90 dias	136	4	163	10
Vencidos há mais de 90 dias	3.444	3.321	8.333	8.159
<b>Total</b>	<b>4.306</b>	<b>4.063</b>	<b>17.876</b>	<b>14.693</b>

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

#### 6. OUTRAS CONTAS A RECEBER/ADIANTAMENTOS

Descrição	CONTROLADORA			
	Circulante		Não Circulante	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Devedores Diversos	19	11	3.520	3.520
Adiantamentos Diversos	3.099	3.394	-	-
Outros Créditos	2.417	2.417	-	-
<b>Total</b>	<b>5.535</b>	<b>5.822</b>	<b>3.520</b>	<b>3.520</b>

  

Descrição	CONSOLIDADO			
	Circulante		Não Circulante	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Devedores Diversos	6.559	6.678	3.999	3.990
Adiantamentos Diversos	9.742	12.401	-	-
Outros Créditos	11.904	11.661	1.822	1.822
<b>Total</b>	<b>28.205</b>	<b>30.740</b>	<b>5.821</b>	<b>5.812</b>

A Administração da Companhia e suas controladas entende que os valores são plenamente recuperáveis no decorrer do andamento das obras.

#### 7. ESTOQUE

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Matéria prima	1.551	1.506	1.677	2.170
Peças de reposição	76	71	93	88
Combustíveis e Lubrificantes	68	60	169	125
Outros	40	40	91	90
<b>Total</b>	<b>1.735</b>	<b>1.677</b>	<b>2.030</b>	<b>2.473</b>

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Imposto de Renda e CSLL	-	-	1.562	1.049
INSS	64	65	1.191	1.135
Outros	-	61	252	1.139
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>126</b>	<b>3.005</b>	<b>3.323</b>

#### 9. CRÉDITOS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Direitos Creditórios União (a)	459.266	446.594	1.037.006	1.008.301
Precatório Sinicon (b)	115.996	112.669	115.996	112.669
Precatórios União (c)	105.724	102.807	105.724	102.807
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.432	3.432	3.712	3.712
<b>Total</b>	<b>684.418</b>	<b>665.502</b>	<b>1.262.438</b>	<b>1.227.489</b>

##### a) Créditos a receber - processo Construtora Sultepa S.A. e suas controladas x União Federal (sucessora do DNER)

Referem-se a direitos creditórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 13 de outubro de 2000. Tais valores estão sendo atualizados pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 6% ao ano e líquidos dos honorários advocatícios. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito adquirido, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos. A seguir, apresentamos as principais informações que tramitam na Justiça:

A União Federal propôs Ação Rescisória objetivando desconstituir o direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. e suas controladas. A Ação Rescisória retromencionada foi julgada procedente pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. A Companhia interpôs embargos infringentes (Recurso Processual) por se tratar de Acórdão (decisão não unânime), que julgou procedente a ação rescisória. Em 26 de fevereiro de 2013, os embargos infringentes foram julgados improcedentes por 4 votos a 3 pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. Como o acórdão foi publicado de forma incompleta, em 10 de abril de 2013, opomos embargos de declaração, com o fim de que o acórdão fosse integralmente publicado. Nessa petição, não foi tratada questão de mérito, mas apenas questão processual (disponibilização da integralidade do acórdão). Assim, as questões relevantes serão tratadas em embargos de declaração a serem opostos após a publicação correta do acórdão. Caso a decisão dos Embargos Infringentes, após o julgamento dos Embargos de Declaração reiterar como procedente a ação rescisória, caberá recurso ao STJ e/ou ao STF. Novamente, a Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda, sendo provável a reversão da decisão de procedência da Ação Rescisória.

Os assessores jurídicos sustentam que o julgamento de procedência da Ação Rescisória será revertido com base nos seguintes argumentos: o acórdão unânime que confirmou integralmente a sentença da qual se originou o precatório não violou o literal dispositivo de lei, não sendo cabível ação rescisória, com base no NCPC inciso V do art.485: houve a decadência da ação rescisória; a impossibilidade de rescisória para novo julgamento da causa mediante reexame de prova; a improcedência dos pedidos formulados na rescisória; o erro de fato deve ser afastado, considerando que houve pronunciamento judicial sobre o fato; e a parcela incontroversa objeto do precatório não pode ser abrangida pela Ação Rescisória, visto que a União expressamente reconheceu a quantia devida após o ajuizamento da Ação Rescisória, implicando evidente redução do pedido rescisório.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acerca do assunto, a Administração encaminhou consulta a dois escritórios de advocacia, os quais corroboraram com os argumentos dos assessores jurídicos.

#### b) Precatório Sinicon x União Federal

Referem-se a Precatórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 02 de dezembro de 1998. Tal valor está sendo atualizado pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 12% ao ano.

Posteriormente, a União Federal propôs Ação Rescisória, objetivando anulação do acórdão que ensejou a expedição do precatório relativo ao direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. A Ação Rescisória foi julgada procedente e o SINICON opôs embargos de declaração, que está pendente de julgamento. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito constituído por ocasião da sentença que transitou em julgado a favor da Companhia, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos.

#### c) Precatórios a receber da União Federal

Referem-se à parcela remanescente dos precatórios expedidos pela União Federal, relativos à quitação parcial dos direitos creditórios oriundos do processo mencionado no item (a). Tais valores estão demonstrados pelo valor original acrescido da variação da TR e de juros de 6% ao ano. A tramitação judicial deste item está mencionado no item (a) logo acima.

Conforme descrito nas notas explicativas nº 19 e 22, os referidos precatórios foram dados para compensação de parcelas vencidas da Lei 11.941/2009 e parcelamentos simplificados junto à RFB - Receita Federal do Brasil.

#### d) Precatórios a receber da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Refere-se ao precatório expedido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, relativos a direitos oriundos do processo nº 10503085832 de recomposição de preços contra o Município de Porto Alegre, com trânsito em julgado em 23 de junho de 2008.

Este crédito foi oferecido em garantia de dívidas, que a Controladora possui com a União Federal. A controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. também é detentora de precatório desta Prefeitura.

#### Composição dos Precatórios e Direitos Creditórios oferecidos como garantia/pagamento de dívidas da Companhia e controlada Pedrasul Construtora S.A.

Os seguintes valores relativos aos créditos a receber – não circulante foram dados como garantias à dívidas existentes e utilizados como pedidos de compensação, através de liminar, para pagamento de tributos federais:

Descrição	31.03.2021	
	Controladora	Consolidado
Direitos Creditórios União (a)	100.337	100.337
Precatório Sinicon (b)	115.996	112.670
Precatórios União (c)	61.603	65.199
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.432	3.432
<b>Total</b>	<b>281.368</b>	<b>281.638</b>

- Garantia concedida aos debenturistas.
- Garantia concedida a credores diversos, instituição financeira e reforço de garantia para debenturistas.
- Parte do valor foi utilizado para pedidos de compensação de parcelas relativas ao parcelamento de tributos - Lei 11.941, parcelamentos ordinários, e como garantia concedida a credores diversos, conforme descrito nas notas explicativas 19, 21 e 22.
- Garantia em dívidas com a União Federal.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 10. IMÓVEIS DESTINADOS A VENDA

A Administração está analisando propostas de compra para as áreas de terra, sem benfeitorias denominadas de Parobé e Jardim Monte Samkhya da controladora, registrados no Ativo Não Circulante com os valores de R\$ 37 e R\$ 50 respectivamente, os quais são menores que o valor justo menos a despesa de venda.

#### 11. PARTES RELACIONADAS

- Saldos com partes relacionadas:

CONTROLADORA EMPRESAS	Ativo		Passivo	
	Não Circulante		Não Circulante	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Pedrasul Construtora S/A	-	41.308	41.308	41.334
Sultepla Constr e Com Ltda	-	46.688	46.688	45.453
Outros	2	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>87.996</b>	<b>87.996</b>	<b>86.787</b>

CONSOLIDADO EMPRESAS	Ativo		Passivo	
	Não Circulante		Não Circulante	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Sultepla Participações S.A	39.215	39.078	-	-
Portella Nunes Partic. S.A	21.723	21.546	-	-
Controle em Conjunto	220	295	-	-
Pedrasul Construtora S.A,	46.364	46.364	-	-
Outros	810	735	6.088	6.088
<b>Total</b>	<b>108.332</b>	<b>108.018</b>	<b>6.088</b>	<b>6.088</b>

Os saldos das operações de mútuos são atualizados nos mesmos índices de correção da poupança com vencimento final previsto até 31 de dezembro de 2022.

Na controladora o valor de R\$ 46.364, foi reclassificado para o Passivo Não Circulante - Credores Quirografários Classe III e não está sendo atualizado.

As controladas Pedrasul Construtora S/A e Sultepla Construções e Comércio Ltda, possuem créditos a receber das controladoras da Companhia Sultepla Participações S/A e Portella Nunes Participações S/A no montante de R\$ 60.938 classificado no Ativo Não Circulante, cuja realização depende do sucesso de operações futuras.

- Remuneração do pessoal-chave:

A Companhia e suas controladas contabilizaram como despesa com remuneração do seu pessoal-chave, os valores abaixo demonstrados:

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Benefícios de Curto Prazo (honorários, salários)	69	86	203	253
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>86</b>	<b>203</b>	<b>253</b>

## Notas Explicativas

**CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS**

Os investimentos nas empresas controladas e coligadas estão demonstrados a seguir:

**Movimentação dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Participações em controladas/coligadas	498.142	477.864	4.469	4.469
Equivalência Patrimonial	8.689	20.278	-	-
<b>Saldo</b>	<b>506.832</b>	<b>498.142</b>	<b>4.469</b>	<b>4.469</b>

31 de março de 2021	Controladas		
Descrição	Pedrasul Constr. S/A	Sultepa Constr. e Com. Ltda	Sultrape Constr Ltda
Capital social	70.500		91.000
Patrimônio líquido ajustado	280.765		223.263
Resultado do período	5.795		2.917
Participação %	99,63		99,95
			42,00

Controladas/Coligada	31.03.2021				31.12.2020
	Descrição	Pedrasul Const.S.A	Sultepa Constr e Com. Ltda	Sultrape Ltda	Total
Saldo inicial	273.952	220.236	3.954	498.142	477.864
Equivalência Patrimonial	5.774	2.916	-	8.689	20.278
<b>Saldo Final</b>	<b>279.726</b>	<b>223.152</b>	<b>3.954</b>	<b>506.832</b>	<b>498.142</b>

**13. IMOBILIZADO – INTANGÍVEL****CONTROLADORA**

	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	4%	11,50%	12,02%	10%	
Saldos em 31.12.2020	68.696	5.188	4.100	307	78.291
Adições	-	-	-	16	16
Baixas/Transferências	-	(16)	(107)	(1)	(124)
Depreciações	(369)	(17)	(11)	(9)	(406)
<b>Saldos em 31.03.2021</b>	<b>68.327</b>	<b>5.155</b>	<b>3.982</b>	<b>313</b>	<b>77.777</b>

**CONSOLIDADO**

	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Outros	Total
Taxa média de depreciação	4%	11,50%	12,02%	10%	
Saldos em 31.12.2020	119.734	5.635	4.229	776	130.374
Adições	-	10	-	22	32
Baixas/transferências	-	(61)	(107)	42	(126)
Depreciações	(488)	(82)	(15)	(20)	(605)
<b>Saldos em 31.03.2021</b>	<b>119.246</b>	<b>5.502</b>	<b>4.107</b>	<b>820</b>	<b>129.675</b>

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Total
Saldos em 31.12.2020	790
Adições	182
Baixas/transferências	-
Depreciações	-
Saldos em 31.03.2021	972

#### Bens Oferecidos em Garantia

Descrição	31/03/2021	
	Controladora	Consolidado
Imóveis	68.327	119.246
Máquinas e Equipamentos	5.155	5.502
Veículos	3.982	4.107
Total	77.464	128.855

- Bens Reavaliados

As contas de imobilizado incluem R\$ 62.528 (R\$ 82.771 consolidado), líquido de depreciação e exaustão acumulada, relativa à reavaliação de bens. Tais reavaliações foram originalmente efetuadas entre 1998, 2000 e atualizadas em 2002 e 2003. Com intuito de atender o preconizado pela Deliberação CVM nº 183/95, em 31 de dezembro de 2006, foi realizada nova reavaliação no seu ativo imobilizado, com base em Laudo de Avaliação elaborado por especialistas independentes que utilizaram como método de avaliação o valor de mercado. Como facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e suas Controladas decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações em 31 de março de 2021, não encontrou a necessidade de constituição de provisão. A empresa realizou conferência e avaliação do imobilizado com objetivo de apurar o valor atualizado e/ou de mercado.

- Direitos de lavra

Em 31 de março de 2021, a Companhia e suas controladas possuem terrenos com direitos de lavra, os quais foram reavaliadas, nas datas conforme item (b) acima, considerando a expectativa futura de produção de brita existentes nesta terra, no montante de R\$ 67.507 (consolidado - R\$ 117.988). Desse saldo, existem terrenos com direitos de lavra que se encontram sem atividades, no montante de R\$ 14.746 (consolidado - R\$ 30.359).

#### 14. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Encargos	CONTROLADORA	
		Passivo Circulante	
		31.03.2021	31.12.2020
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	150	126
Total		150	126

Descrição	Encargos	CONSOLIDADO			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Capital de Giro (a)	CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	904	396	967	1.113
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	150	530	-	-
Leasing (c)	1,36% a.m.	87	87	-	-
Total		1.141	1.013	967	1.113

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Para os empréstimos e financiamentos foram dados em garantia os direitos creditórios, nota explicativa nº 9, e aval dos diretores. Em 31 de março de 2021, no passivo circulante do consolidado, o montante de R\$ 396 encontra-se vencido. Devido a recuperação judicial, a companhia optou em não atualizar estes valores.

b) Financiamento para compra de máquinas e equipamentos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, encontram-se vencidos, na controladora, o valor de R\$ 150.

c) Leasing para compra de máquinas, equipamentos e veículos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, no valor de R\$ 87, encontram-se vencidos.

#### 15. OUTROS

##### A) CREDORES DIVERSOS

###### Controladora

Descrição	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Prestadores de Serviços	1.826	1.629	-	-
Subempreiteiros	13	2	-	-
Transportadores	132	167	-	-
Honorários a Pagar (1)	-	-	96.501	93.837
Outros	198	181	3.578	3.650
<b>Total</b>	<b>2.169</b>	<b>1.979</b>	<b>100.079</b>	<b>97.487</b>

###### Consolidado

Descrição	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Prestadores de Serviços	5.422	5.003	-	-
Subempreiteiros	666	625	-	-
Transportadores	483	529	-	-
Honorários a Pagar (1)	-	-	96.501	93.837
Outros	275	234	7.117	6.947
<b>Total</b>	<b>6.846</b>	<b>6.391</b>	<b>103.618</b>	<b>100.784</b>

(1) Refere-se à provisão dos honorários profissionais dos assessores jurídicos incidentes sobre os direitos creditórios, conforme descrito na nota explicativa nº 9.

##### B) CREDORES RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01 e com a homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia e suas controladas, reclassificaram valores do Passivo Circulante para o Passivo não Circulante.

A coligada Sultepa Construções e Comércio Ltda, atribuiu o valor de 87.147 milhões da conta Credores Diversos – Recuperação Judicial para a sua controladora, para quitação de parte do saldo de partes relacionadas existente entre ambas, em razão do Plano de Recuperação Judicial prognosticar todos como integrantes de mesmo grupo econômico. A coligada Sultepa Construções permanecerá solidária ao pagamento deste valor.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Classe I - Trabalhista	12.153	12.153	14.581	14.581
(-) Pqto Classe I	(5.331)	(5.296)	(5.880)	(5.846)
Classe II - Créditos c/Garantia	132.070	132.070	132.070	132.070
Classe III - Créditos Quirografários	144.726	144.726	209.762	209.762
Classe III - Credores c/Privilegios	-	-	-	71
(-) Deságio Classe III - Créditos Quirografários	(68.072)	(68.072)	(68.072)	(68.072)
Classe IV - Micro Empresas/EPP	4.078	4.078	4.149	4.078
(-) Deságio Classe IV - Micro Empresas/EPP	(1.428)	(1.428)	(1.428)	(1.428)
<b>Total</b>	<b>218.196</b>	<b>218.231</b>	<b>285.182</b>	<b>285.216</b>

#### 16. TÍTULOS A PAGAR

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os valores de Títulos a Pagar, classificados no Passivo Circulante, foram reclassificados para o Passivo Não Circulante – Credores Diversos – Recuperação Judicial e o pagamento se dará, conforme mencionado na nota explicativa nº 01

#### 17. FORNECEDOR

O saldo com fornecedores, em 31 de março de 2021, na controladora é de R\$ 699 (consolidado - R\$ 2.970). Estão apresentados pelos valores originais, sem provisão de eventual multa e juros, quando da efetiva liquidação.

#### 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - resultado do exercício

O Imposto de renda e a contribuição social corrente das controladas diretas são calculados pelo lucro real, e as controladas indiretas (SCP) são tributadas pelo lucro presumido. As alíquotas utilizadas são de 15% e adicional de 10% para o lucro que ultrapassar R\$ 240, para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos da controladora e consolidado são calculados com as mesmas alíquotas dos impostos correntes, incidentes sobre as receitas ainda não recebidas de órgãos públicos. Em 31 de março de 2021, foi registrado no resultado da controladora o montante de R\$ 3.704 (R\$ 9.198 consolidado) como tributos diferidos.

Descrição	Lucro real			
	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Resultado antes dos impostos	22.042	5.829	27.559	8.689
Equivalência patrimonial	(8.689)	(2.740)	-	-
Demais adições/exclusões	(2.459)	2.538	(507)	5.319
<b>Base de cálculo</b>	<b>10.894</b>	<b>5.627</b>	<b>27.052</b>	<b>14.008</b>
Imposto de renda e contrib. social diferido	(3.704)	(1.913)	(9.198)	(4.763)
<b>Total</b>	<b>(3.704)</b>	<b>(8.310)</b>	<b>(9.198)</b>	<b>(4.763)</b>

#### 19. PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

##### a. LEI Nº 11.941/2009

De acordo com a Lei nº 11.941/2009, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamento Especial - PAES, Parcelamentos Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e sua controlada Pedrasul Construtora S.A. utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas. Os saldos existentes no balanço em 31 de dezembro de 2020 estão sendo atualizados pela taxa Selic, conforme preconizado na Lei do parcelamento.

A Companhia protocolizou junto à União, pedidos de compensação das parcelas vencidas da Lei 11.941/2009, com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Todavia, os pedidos foram indeferidos. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, ingressou com uma ação ordinária nº 5008699-63.2012.4.04.7100, com pedido de liminar para garantir o seu direito de compensação. Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve através de Decisão Liminar o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, até que a ação rescisória que existe sobre o precatório seja julgada em definitivo. A controlada Pedrasul Construtora S.A. também ingressou com pedido junto à União, utilizando o mesmo princípio legal, para quitação de alguns tributos.

Através do Comunicado Secat/DRF/POA/RS, a controladora, foi excluída das modalidades de parcelamento da Lei 11.941/2009, no âmbito da RFB e PGFN, relativo à parte que não foi objeto dos pedidos de compensação com créditos de precatórios, conforme abaixo demonstrado:

#### Composição dos parcelamentos perdidos

	<b>Controladora</b>
<b>Parcelamentos perdidos débitos não previdenciários</b>	<b>97.785</b>
<b>Parcelamentos perdidos débitos previdenciários</b>	<b>78.885</b>
<b>Reversão de Benefícios - Descontos Obtidos</b>	<b>159.743</b>
<b>Total</b>	<b>336.413</b>

#### Composição dos Parcelamentos Atuais

<b>Passivo Circulante</b>	<b>Consolidado</b>
<b>(=) Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>938</b>
<b>(+) Atualização e Reversões monetárias pela taxa Selic</b>	<b>4</b>
<b>(-) Baixas/Transferências</b>	<b>-</b>
<b>(=) Saldo em 31 de março de 2021</b>	<b>942</b>

#### Parcelas compensadas

Abaixo, demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal, conforme descrito na nota explicativa Nº 9. Contabilmente, a Companhia e suas controladas não efetuaram a baixa do valor do precatório nem a baixa dos impostos compensados

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil</b>	<b>44.363</b>	<b>45.676</b>
<b>Parcelas compensadas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional</b>	<b>17.240</b>	<b>19.523</b>
<b>Total compensado até 31 de março de 2021</b>	<b>61.603</b>	<b>65.199</b>

#### b. PERT

A Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos de Parcelamentos Simplificados, Ordinários, Lei 12.996/14 e Parcelamento de Recuperação Judicial e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente.

A Companhia e suas controladas. utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de débitos, conforme preconizado na Lei.

## Notas Explicativas

**CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA	31/03/2021		31/12/2020	
	CP	LP	CP	LP
RFB - Demais Débitos	1.567	13.673	1.567	13.673
RFB - Débitos Previdenciários	5.282	12.472	5.282	13.007
PGFN - Demais Débitos	23.255	39.709	21.337	41.417
PGFN - Débitos Previdenciários	7.303	-	6.701	-
(-) Pagamentos Efetuados	(9.563)	-	(9.563)	-
(-) Comp.c/PPF e BNCS	(4.518)	-	(4.518)	-
(-) Descontos	(1.989)	-	(1.989)	-
<b>TOTAL</b>	<b>21.337</b>	<b>65.854</b>	<b>18.817</b>	<b>68.097</b>

CONSOLIDADO	31/03/2021		31/12/2020	
	CP	LP	CP	LP
RFB - Demais Débitos	16.633	13.673	16.633	13.673
RFB - Débitos Previdenciários	8.485	19.177	8.485	19.901
PGFN - Demais Débitos	36.593	43.470	34.553	45.281
PGFN - Débitos Previdenciários	19.296	-	18.476	-
(-) Pagamentos Efetuados	(18.032)	-	(17.852)	-
(-) Comp.c/PPF e BNCS	(16.495)	-	(16.495)	-
(-) Descontos	(23.024)	-	(23.023)	-
<b>TOTAL</b>	<b>23.456</b>	<b>76.320</b>	<b>20.777</b>	<b>78.855</b>

## c. LEI Nº 10.522/2002

De acordo com a Lei nº 10.522/2002 – artigo 10-A ,as controladas Pedrasul Construtora S.A. e a Sultepe Construções e Comércio Ltda., aderiram em 13 de novembro de 2019, ao parcelamento de Recuperação Judicial, em 86 parcelas, de tributos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos de Parcelamentos Simplificados, de Parcelamentos da Lei 12.996/14 e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente.

CONSOLIDADO	31/03/2021		31/12/2020	
	CP	LP	CP	LP
RFB - Débitos Fazendários	1.404	4.162	1.178	4.366
RFB - Débitos Previdenciários	670	1.984	562	2.081
PGFN - Débitos Fazendários/Previdenciários	1.719	5.469	1.427	5.733
(-) Pagamentos efetuados	(1.247)	-	(956)	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.546</b>	<b>11.615</b>	<b>2.211</b>	<b>12.180</b>

## 20. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia efetua os registros dos tributos diferidos com intenção de compensar os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos tendo em vista que os mesmos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, conforme preconizado no NBCTG 32 (R3) e deliberação CVM 599/2009.

**Notas Explicativas****CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2021</b>	<b>31.12.2020</b>	<b>31.03.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>Direito creditório/precatório</b>	<b>576.094</b>	<b>559.840</b>	<b>1.078.908</b>	<b>1.046.377</b>
<b>Reserva de reavaliação</b>	<b>34.358</b>	<b>34.786</b>	<b>58.529</b>	<b>58.957</b>
<b>Ajuste de aval. patrimonial</b>	<b>6.624</b>	<b>6.680</b>	<b>29.905</b>	<b>30.079</b>
<b>Saldo</b>	<b>617.076</b>	<b>601.306</b>	<b>1.167.342</b>	<b>1.135.413</b>
<b>(-) Comp. Prejuízo fiscal</b>	<b>(172.828)</b>	<b>(167.952)</b>	<b>(172.828)</b>	<b>(167.952)</b>
<b>Base de cálculo p/ IRPJ e CSLL</b>	<b>444.248</b>	<b>433.354</b>	<b>994.514</b>	<b>967.461</b>
<b>Alíquota Normal</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
<b>IRPJ E CSLL</b>	<b>151.045</b>	<b>147.341</b>	<b>338.135</b>	<b>328.937</b>
<b>PIS E COFINS</b>	<b>3.705</b>	<b>3.705</b>	<b>4.779</b>	<b>4.682</b>
<b>Total</b>	<b>154.750</b>	<b>151.046</b>	<b>342.914</b>	<b>333.619</b>

**21. DEBÊNTURES**

Em 02 de Outubro de 2013, na Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª. emissão, a Companhia apresentou proposta de repactuação compatível com fluxo de caixa atual. Os debenturistas não concordaram e autorizaram ao Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias para recuperação do crédito da comunhão de debenturistas.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os valores de debêntures, não estão sendo atualizados desde julho de 2015 e foram reclassificados para o Passivo Não Circulante – Credores Diversos-Recuperação Judicial e o pagamento, se dará, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Descrição	Controladora			
	Circulante		Não Circulante	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Imposto Corrente	341.220	341.245	-	-
IRRF	124	268	-	-
PIS/COFINS	320	206	-	-
INSS/FGTS	2.815	2.838	-	-
OUTROS	337.961	337.933	-	-
Parcelado	2.695	2.260	6.361	6.264
NÃO PREVIDENCIÁRIO	1.250	980	2.107	1.830
PREVIDENCIÁRIO	1.059	896	3.451	3.577
OUTROS	386	384	803	857
<b>TOTAL</b>	<b>343.915</b>	<b>343.505</b>	<b>6.361</b>	<b>6.264</b>

Descrição	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31.3.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Imposto Corrente	358.524	359.290	-	-
IRPJ/CSLL	3.975	4.689	-	-
IRRF	344	615	-	-
PIS/COFINS	1.114	1.510	-	-
INSS/FGTS	11.903	11.368	-	-
OUTROS	341.188	341.108	-	-
Parcelado	4.945	3.964	14.390	13.505
NÃO PREVIDENCIÁRIO	2.567	1.812	5.966	4.636
PREVIDENCIÁRIO	1.934	1.721	6.873	7.165
OUTROS	444	431	1.551	1.704
<b>TOTAL</b>	<b>363.469</b>	<b>363.254</b>	<b>14.390</b>	<b>13.505</b>

- Em agosto de 2012, a Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 5047002.49.2012.404.7100/RS, pedindo a compensação das parcelas oriundas dos parcelamentos simplificados junto à RFB com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Em 10 de setembro de 2012, através de Decisão Judicial, a Companhia obteve o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, através da Sentença Judicial do referido processo. A compensação se dará de forma definitiva, quando ficar resolvido a ação rescisória que incide sobre o precatório, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.
- Parcelas compensadas**  
Abaixo demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal descritos na nota explicativa nº 9.

**Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil**

**Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil - Previdenciária**

**Total compensado 31 de março de 2021**

Controladora	
	<b>118</b>
	<b>491</b>
	<b>609</b>

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 23. PROVISÕES

Foi constituída considerando a opinião dos consultores jurídicos da Companhia, cujo montante é julgado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis.

##### Resumo da movimentação dos montantes provisionados

CONTROLADORA	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	Reflorestamento	TOTAL
(=) Saldos em 31.12.2020	4.293	72	38.445	657	1.549	45.016
(+) Novos processos/complementos e atualizações	-	-	-	-	-	-
(-) Reversões e pagamentos	-	-	-	-	-	-
(=) Saldos em 31.03.2021	4.293	72	38.445	657	1.549	45.016

CONSOLIDADO	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	Reflorestamento	TOTAL
(=) Saldos em 31.12.2020	10.705	376	58.125	4.112	2.916	76.234
(+) Novos processos/complementos e atualizações	-	-	879	-	-	879
(-) Reversões e pagamentos	-	-	-	-	-	-
(=) Saldos em 31.03.2021	10.705	376	59.004	4.112	2.916	77.113

Características dos montantes:

**Processos cíveis** – referem-se principalmente a danos morais e acidentes pleiteados por terceiros e a dívida que a Companhia é responsável solidária junto a terceiros.

**Processos trabalhistas** - relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial.

**Processos tributários** – referem-se a questões de tributos municipais e tributos federais.

**Passivo solidário** – refere-se à parte do risco da obrigação para a qual a Companhia é responsável solidária junto aos credores da Contesa Incorporações Imobiliárias Ltda, CP Construções e Participações Ltda., Coparco Participações e Construções Ltda. e Noroeste Bioenergética S.A.

**Provisão para Reflorestamento de Jazida** – Foi constituída no valor de R\$ 1.549 na controladora e R\$ 2.916 no consolidado considerando a estimativa de gastos para restauração do local.

**Provisões perda Possível** – A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso superior aos valores registrados na provisão.

Em 31 de março de 2021, os processos cíveis, trabalhistas e tributários, considerados possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$ 211.888 (consolidado R\$ 215.800). Com base nas informações de nossa assessoria jurídica, os valores das provisões para contingências existentes em 31 de março de 2021, serão revistos e se for o caso ajustados no decorrer do próximo trimestre.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 24. OPERAÇÕES COM CONSÓRCIOS

Visando aumentar a capacidade operacional e produtiva, em determinadas obras a Companhia e suas controladas participam em alguns empreendimentos através de consórcios, os quais relacionamos a seguir:

**Consórcio Conesul:** a Companhia participa com 42% no empreendimento, que tem como objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio a Criança – CIAC'S. Atualmente este consórcio está paralisado.

**Consórcio Construtor do Sul:** a Companhia participa com 24,50% e sua controlada Pedrasul Construtora S/A com 2,03%. Este consórcio encontra-se paralisado.

**Consórcio SPP1:** a Controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 33,34% nas obras de capeamento asfáltico sobre pedra e pavimentação de novas vias urbanas no município de Pelotas/RS. Este consórcio encontra-se paralisado.

**Consórcio Corredor Padre Cacique:** a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 50% na execução das obras de infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio Sultepe/Pedrasul:** a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 5% e a Sultepe Construções e Comércio Ltda participa com 95%, na execução das obras do Projeto Crema, restauração e melhorias na BR 287 e BR 116.

**Consórcio Sultepe/Convap:** a controlada Sultepe Construções e Comércio Ltda participa com 100%, na execução das obras de Construção da Barragem de São Gabriel/RS.

**Consórcio Ferroviário Brasileiro:** a controlada Sultepe Construções e Comércio Ltda participa com 40%, na execução das obras CPTM São Paulo.

**Consórcio Sultepe/CBM:** a controlada Sultepe Construções e Comércio Ltda participa com 55% na execução dos serviços de conserva rotineira em rodovia do DAER no 15º Distrito Operacional São Francisco de Paula/RS.

**Consórcio BRT Bento:** a controlada Sultepe Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução de pavimentação do BRT da Av. Bento Gonçalves – trecho entre a Av. Antonio de Carvalho e a Av. Princesa Isabel na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio BRT Protásio Alves:** a controlada Sultepe Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução da pavimentação do BRT Protásio Alves – trecho da Av. Saturnino de Brito até a Rua Sarmiento Leite, sob o regime de empreitada na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio TBS:** a controlada Sultepe Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução da infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique/Av. Edvaldo Pereira Paiva (Beira Rio) – trecho 3 na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio Viaduto Pinheiro Borda:** a controlada Sultepe Construções e Comércio Ltda participa com 42,50% na construção do viaduto estaiado da Rua Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio Beira Rio:** a controlada Sultepe Construções e Comércio Ltda, participa com 50% entre o complexo Beira Rio e a Av. Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio Santa Maria:** a controlada Sultepe Construções e Comércio Ltda. participa com 51% na execução de serviços referentes ao Programa CREMA 1ª. etapa na Rodovia BR/158 na cidade Santa Maria/RS.

**Consórcio Nova Bento:** a controlada Sultepe Construções e Comércio Ltda., participa com 1% nas obras de entroncamento da Av. Bento Gonçalves e da III Perimetral (Av. Aparício Borges) na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio Travessia:** a controlada Sultepe Construções e Comércio Ltda., participa com 97% na elaboração de projeto básico e executivo das obras de duplicação, restauração de pista, implantação de ruas laterais e construção de obras de arte especiais.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Consórcio Crema/Santa Maria;** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 31,25% nas obras de Restauração e Manutenção de Rodovias – Crema – na Região de Santa Maria/Cachoeira do Sul.

**Consórcio Cãnion Fortaleza;** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução de serviços de pavimentação da estrada municipal CS-012, acesso ao Cãnion Fortaleza, em Cambará do Sul.

As movimentações dos consórcios evidencia valores irrelevantes de resultado no período, tendo em vista que os mesmos foram ou estão sendo finalizados.

#### 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital Social

O capital Social autorizado é de R\$ 193.986, sendo que está subscrito e integralizado o valor de R\$ 130.000. Em 31 de março de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 a composição acionária do capital subscrito e integralizado era a seguinte:

Tipo	Quantidades
Ordinárias	7.489.720
Preferenciais	5.110.280
<b>Total</b>	<b>12.600.000</b>

##### b) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício, nos termos do art.193 da Lei 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

##### c) Reserva de Retenção de Lucros

Foi constituída em dezembro de 2016, em decorrência da atual situação da companhia, que encontra-se em recuperação judicial, uma reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 27.157 conforme art.196 da Lei 6.404/76. Em 2017, não houve constituição de reserva de lucros, devido ao prejuízo apurado no exercício. Na controlada e no consolidado, em 2018, o saldo de Reserva de Retenção de Lucros é de R\$ 43.434.

##### d) Reservas de Reavaliações

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora e das controladas, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada. O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes à reserva de reavaliação estão classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação dos bens reavaliados contra lucros acumulados.

##### e) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor apurado na avaliação a valor justo de determinados ativos imobilizados da Companhia e das controladas (terrenos, edificações, maquinas e equipamentos e veículos), de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 26. DIVIDENDOS

Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais o direito ao recebimento do dividendo obrigatório 10% superior àquele atribuído às ações ordinárias. De resto as ações preferenciais usufruirão dos demais direitos sociais, com exceção do direito de voto, e terão prioridade no reembolso no caso de liquidação da Companhia.

#### 27. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com NBCTG 41(R1) - (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta abaixo as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas.

	31/03/2021		31/03/2020	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
<b>Resultado do exercício</b>	<b>10.900</b>	<b>7.438</b>	<b>2.328</b>	<b>1.588</b>
<b>Média ponderada de ações emitidas ( em milhares)</b>	<b>7.490</b>	<b>5.110</b>	<b>7.490</b>	<b>5.110</b>
<b>Resultado por ação - básico e diluído</b>	<b>1,46</b>	<b>1,46</b>	<b>0,31</b>	<b>0,31</b>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

#### 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**a) Gerenciamento de capital** – A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras e debenturistas conforme amplamente divulgado nas notas explicativas nº 14 e 21, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos. Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para a aplicação em suas operações. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos) e debêntures, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

**b) Práticas contábeis significativas** – os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido estão descritas na nota explicativa nº 2.

• **Categorias dos instrumentos financeiros** - A administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. Os saldos das rubricas empréstimos e financiamentos e debêntures são atualizados monetariamente com base nos índices contratados, que se assemelham aos valores de mercado. Podendo ocorrer diferenças temporais, se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil e valor de mercado		Valor contábil e valor de mercado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
<b>Ativos Financeiros</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis:</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	16	15	1.745	1.723
Clientes	996	753	11.082	7.899
	<b>1.012</b>	<b>768</b>	<b>12.827</b>	<b>9.622</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
<b>Outros Passivos</b>				
Empréstimos	150	126	2.108	2.126
	<b>150</b>	<b>126</b>	<b>2.108</b>	<b>2.126</b>

**d) Risco de crédito** - a Companhia atua basicamente no mercado de obras públicas, as quais são contratadas através de licitações. Portanto, o risco de crédito fica substancialmente minimizado. Para as operações que geram risco de crédito, a Companhia e suas controladas mantêm um acompanhamento criterioso de seus clientes, e no caso de ocorrer eventuais perdas, a Companhia faz o registro destas perdas eventuais através da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**e) Risco de mercado** – Os negócios da Companhia e controladas compreendem, essencialmente, a execução de obras de construção pesada, nos quais predominam contratos com os governos federal, estaduais e municipais. Estes contratos são executados sob o regime de empreitada, sempre licitados e contratados conforme a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública.

Recentemente, foi criado o RDC - Regime Diferenciado de contratação que se constitui em uma nova modalidade de contratação de obras públicas, pela Lei 12.462 de 04 de agosto de 2011 e regulamentada pelo decreto 7.581 de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de tornar mais célere a contratação das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Posteriormente sua abrangência foi estendida pelo governo para todas as obras do PAC.

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma das inovações implantadas pelo RDC é o regime de contratação integrada, que permite ao contratado desenvolver também o projeto da obra, e não somente sua execução.

Outra inovação é a gestão de risco. O DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, maior contratante de obras por esta legislação, desenvolveu um modelo matemático para precificação do risco para a contratada que se responsabilizar pela obra.

Os riscos de mercado decorrentes de obra contratada pelo regime de empreitada são aqueles decorrentes da evolução do custo dos insumos que compõem o preço, e conseqüentemente da própria formação dos preços.

Para o primeiro caso, existe a previsão legal do reajustamento de preços nos contratos assinados, calculado e aplicado com periodicidade anual, com a utilização de índices setoriais que melhor representa esta evolução. Estes índices são calculados e publicados mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas.

Para o segundo caso, a Companhia, através de seus departamentos técnicos, planejamento e de orçamento, analisa cada projeto, aplicando a sua experiência e seus índices de produtividade na formação de preços.

É de se salientar, que em caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos contratos, tanto na Lei nº 8.666/93, quanto o novo instituto do RDC, possuem dispositivos que permitem a restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que é preceito constitucional.

**f) Risco de liquidez** - Representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras. A Administração, conforme descrito na nota explicativa nº 1, está analisando a capacidade de geração de caixa através de mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter a atual posição. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos derivativos, contudo possuem exposição a risco de taxa de juros em seus empréstimos e financiamentos e debêntures.

A seguir, são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros, os quais estão apresentados na nota explicativa nº14 :

Descrição	CONTROLADORA	CONSOLIDADO		
	FINAME	CAPITAL DE GIRO	FINAME	LEASING
Vencidos - 31/03/2021	150	396	150	87
A vencer - 31/06/2021	-	72	-	-
A vencer - Após 01/07/2021	-	1.403	-	-
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>1.871</b>	<b>150</b>	<b>87</b>

**Notas Explicativas****CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial**

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**29. COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)**

A Companhia adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e a relevância de seus ativos e de suas obras. As principais coberturas de seguros vigentes em 31 de março referem-se a seguro garantia de obras, o que é considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Descrição	Tipo de seguro	Importância Segurada	
		31.03.2021	31.12.2020
Execução de Obras	Garantia	704	704
<b>Total</b>		<b>704</b>	<b>704</b>

**30. RECEITA LÍQUIDA**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>3.869</b>	<b>3.492</b>	<b>19.058</b>	<b>26.867</b>
Receitas de Obras p/Empreitada	-	-	9.371	14.916
Receitas com Vendas de materiais	3.869	3.490	4.608	4.038
Receitas com Consórcios	-	-	5.079	7.911
Receita com Locação de Equipés	-	2	-	2
<b>IMPOSTOS + DEVOLUÇÕES</b>	<b>(495)</b>	<b>(489)</b>	<b>(1.319)</b>	<b>(1.796)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>3.374</b>	<b>3.003</b>	<b>17.739</b>	<b>25.071</b>

**31. DESPESAS POR NATUREZA**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

DESPESAS POR FUNÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Custos com Obras por Empreiteira	(4.752)	(5.607)	(18.216)	(25.284)
Despesas Gerais e Administrativas	(858)	(1.433)	(2.504)	(3.234)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	52	42	(1.246)	(3.569)
<b>Total</b>	<b>(5.558)</b>	<b>(6.998)</b>	<b>(21.966)</b>	<b>(32.087)</b>

DESPESAS POR NATUREZA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Depreciação e Amortização	(406)	(418)	(605)	(640)
Despesas com Pessoal	(821)	(883)	(4.033)	(4.307)
Materiais, energia, serviços de terceiros, outros e fretes	(4.402)	(2.435)	(16.550)	(7.862)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	71	(3.262)	(778)	(19.278)
<b>Total</b>	<b>(5.558)</b>	<b>(6.998)</b>	<b>(21.966)</b>	<b>(32.087)</b>

## Notas Explicativas

### CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações

Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas em 31 de Março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 32. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
<b>Despesas Financeiras:</b>				
Lei 11.941/2009 e 12.996/2014/Perit	(278)	(693)	(330)	(820)
Encargos financeiros e tributos	(140)	(187)	(617)	(671)
Encargos e financiamentos	(24)	(4)	(24)	(25)
Juros pagos/apropriados	(308)	(632)	(24)	(74)
Demais despesas financeiras	(11)	(13)	(26)	(29)
<b>Total</b>	<b>(761)</b>	<b>(1.529)</b>	<b>(1.021)</b>	<b>(1.619)</b>
<b>Receitas Financeiras:</b>				
Atualização pro. trânsito julgado	16.254	8.561	32.531	17.059
Juros recebidos/apropriados	34	49	247	523
Descontos obtidos	-	1	6	1
Demais receitas financeiras	10	2	23	41
<b>Total</b>	<b>16.298</b>	<b>8.613</b>	<b>32.807</b>	<b>17.624</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>15.537</b>	<b>7.084</b>	<b>31.786</b>	<b>16.005</b>

#### 33. COMPATIBILIZAÇÃO DAS DÍVIDAS

Diante da atual situação financeira que a Companhia vem enfrentando, a alta administração implantou em todo o Grupo Econômico, um Planejamento Estratégico com monitoramento de forma ampla em todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo feitos ajustes de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no Planejamento, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo, com destinação de maiores recursos para obras que estão gerando maiores resultados. A Companhia criou um Fluxo de Caixa projetado com reenquadramento de custos e despesas fixas, para adequação ao ponto de equilíbrio com a consequente revisão e redução de todas as despesas por departamento.

O Grupo encerrou o exercício com efetivo de 407 colaboradores, mantendo apenas benefícios de alimentação, transporte e saúde.

#### 34. PANDEMIA ( Covid-19)

No decorrer de 2020, a Companhia implantou o combate a COVID 19, todas as iniciativas foram tomadas como: protocolos de segurança a seus colaboradores, cursos de boas práticas de combate ao vírus, distribuição de máscaras e álcool gel a todos seus colaboradores e familiares, Home office também foi implantado em todos os setores. Com todas estas medidas adotadas tivemos baixos índices de contágios tanto nos escritórios como nas obras. Parceria com SESI para testagem em massa.

A Administração da Companhia esta acompanhando os possíveis impactos do Covid-19, mas até a data destas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, a Companhia não vislumbra riscos a continuidade de seus negócios, tampouco as estimativas de julgamentos contábeis.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

AOS  
DD. ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA  
CONSTRUTORA SULTEPA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
PORTO ALEGRE – RS

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21(R4) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

#### Ênfases

##### Continuidade operacional – Recuperação Judicial

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 33, de que diante da situação econômica e financeira que a Companhia e suas controladas vêm enfrentando, a Administração elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. No dia 03 de julho de 2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial, juntamente com as demais empresas do Grupo, nos termos do art. 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, o qual foi homologado em 09 de julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre/RS - Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências. Em 14 de novembro de 2016, o Plano de Recuperação foi homologado pela Juíza de Direito da Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Em 26 de outubro de 2017, houve julgamento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul mantendo integralmente a decisão que concede a recuperação judicial da Companhia, permanecendo a homologação do plano de recuperação judicial original e seu modificativo, consoante processo ajuizado originalmente perante a Vara de Direito Empresarial Recuperação de Empresas e Falências da Comarca de Porto Alegre/RS e autuando sob nº 001/1.15.01143612-2. A Companhia manterá, durante todo o andamento do processo, sua estrutura de relacionamento com o mercado, de forma que todas as informações e fatos pertinentes à Companhia e ao processo judicial serão divulgados, oportunamente, em atenção à respectiva

legislação. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, por amostragem, da implementação dos controles e levantamentos dos itens considerados no Plano de Recuperação Judicial. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Resumo dos valores conforme Edital do Plano de Recuperação “versus” Contabilidade

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, os valores considerados na Recuperação Judicial foram relacionados conforme artigo 7, parágrafo segundo, da Lei nº 11.101/05. Desse modo, são passíveis de alteração conforme julgamento das divergências e habilitações de créditos, a fim de atender o artigo 18 da Lei nº 11.101/05. Assim, as divergências mencionadas no quadro da referida nota explicativa, no montante de R\$ 170.655 mil (consolidado), decorrem basicamente de operações entre partes relacionadas, que ainda estão sujeitas a devida adequação de seus saldos. Os valores registrados contabilmente foram considerados adequados. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Créditos a Receber (direitos creditórios e precatórios)

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9, que descreve a situação relacionada com as ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas pela União Federal quanto aos precatórios e direitos creditórios reconhecidos no ativo não circulante da controladora em R\$ 684.418 mil e consolidados em R\$ 1.262.438 mil, em 31 de março de 2021. A manutenção dos referidos créditos depende do julgamento final dos processos judiciais em andamento. A administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. suportada por parecer de seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda. Parte desses ativos foi dada como garantia de dívidas, R\$ 281.368 mil (controladora) e R\$ 281.368 mil (consolidado). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Empréstimos e financiamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, letra “a”, em 31 de março de 2021, no passivo circulante consolidado, o montante de R\$ 396 mil, encontra-se vencido. Devido à recuperação judicial, a Companhia optou em não atualizar estes valores desde 2018. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Compensações de contribuições sociais e impostos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 19 e nº 22, a Companhia e suas controladas obtiveram, através de decisão de liminar, o direito de manter seus pedidos de compensações de contribuições sociais e impostos assegurados até a ação rescisória que existe sobre os precatórios seja julgada em definitivo. Em 31 de março de 2021, as compensações efetuadas totalizaram o montante de R\$ 61.603 mil (consolidado - R\$ 65.199 mil). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Debêntures

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, os valores relativos as debêntures registradas no passivo circulante da controladora e do consolidado, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, não estão sendo atualizados desde julho de 2015 e foram reclassificados para o passivo não circulante – credores diversos – Recuperação Judicial, e o pagamento se dará conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Provisões para contingências

De acordo com a nota explicativa nº 23, com base nas informações da assessoria jurídica da Companhia, Com base nas informações de nossa assessoria jurídica, os valores das provisões para contingências existentes em 31 de março de 2021, serão revistos e se for o caso ajustados no decorrer do próximo trimestre. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Operações com consórcios

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 24, a Companhia e suas controladas, visando aumentar sua capacidade operacional e produtiva em determinadas obras participam de alguns empreendimentos através de consórcios. As movimentações dos consórcios, não auditados por auditoria externa, evidenciam valores irrelevantes de resultado no período, tendo em vista que os mesmos foram ou estão sendo finalizados. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 14 de maio de 2021.

CARLOS ALBERTO MARQUES LOPES  
Contador Responsável CRC/RS 20.628  
LOPES & ASSOCIADOS AUDITORES  
CRC RS 2928  
CVM – Ato Declaratório n.º 7569

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

Porto Alegre, 14 de Maio de 2021.

A Diretoria

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

Porto Alegre, 14 de Maio de 2021.

A Diretoria